

Área de educação discute aplicação de recursos

Setor está confuso com as regras que entram em vigor a partir do próximo ano

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

Os municípios paulistas não vão colocar de imediato as mãos nos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. O despreparo é geral, mesmo nas cidades que já têm alguma experiência com a municipalização do 1º grau. Além disso, o clima é de fim de governo. A emenda constitucional que criou o fundo entrará em vigor ao mesmo tempo em que 625 novos prefeitos tomam posse: janeiro de 97. De acordo com o texto que criou o fundo, municípios e Estados terão de aplicar 15% da arrecadação no ensino básico. Desse percentual, 60% terão de ser utilizados em salários de professores.

Secretários estaduais de Educação devem começar o trabalho de esclarecimento sobre as novas regras de distribuição dos recursos assim que os novos prefeitos assumirem. Falta, porém, definir questões básicas, como o destino dos professores (efetivos e substitutos) e da rede física.

"Estamos angustiados e desinformados", afirma o diretor-geral do Sindicato de Especialistas em Educação do Estado (Udemo), Francisco Antonio Poli. "Não foi definido o que acontecerá com os professores, é possível que muitos efetivos fiquem encostados em delegacias de ensino, fora das salas de aula."

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sociólogo João Monlevade, diz que o fundo não vai garantir o piso sa-

larial mínimo de R\$ 300 para professores das redes estadual e municipal. O que o fundo pode assegurar, explica, é o chamado custo aluno e um salário médio nesse valor. Para ele, os números divulgados pelo Ministério da Educação devem ser diferentes em 97, principalmente porque a arrecadação do ICMS vai diminuir já que o tributo não será mais cobrado sobre os produtos de exportação.

Perdas — Num primeiro momento, os municípios vão "perder" para o fundo R\$ 528 milhões, segundo estudo feito pelo presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputado César Callegari. Esse dinheiro, proveniente da arrecadação de impostos municipais e que ficava em poder das prefeituras passará ao controle do Estado. "Os municípios não terão tempo de se adaptar ao novo modelo e terão comprometidos outros segmentos educacionais, como a pré-escola", alerta Callegari.

A secretária de Educação, Rose Neubauer, refuta a tese. "Os municípios terão R\$ 1 bilhão para pré-escola, supletivo e 2º grau", afirma. "O Estado terá menos do que isso para atender os 1,2 milhão de alunos do 2º grau." O estudo mostra que, em

São Paulo, apenas 72 municípios mantêm ensino de 1º grau. Desses, só 23 têm mais de mil alunos matriculados. A rede de ensino fundamental hoje é de 5,9 milhões de estudantes, sendo 5,2 milhões em escolas estaduais e 646,5 mil em municipais — na Capital, estão 513.692. Rose Neubauer garante que o Estado não tem restrições para passar aos municípios a administração do ensino fundamental.

Neubauer avalia que, com o fundo, os recursos para o setor vão aumentar em 20% em 97. O investimento anual por aluno passará de R\$ 400 para R\$ 494,64.

ESTIMATIVA DE RECURSOS DO FUNDO

Em R\$ milhões

Municípios	Receita	Recursos do município para o fundo	Recursos do fundo para o município	Recursos que o município receberia se assumisse todo o ensino fundamental
Paulínia	114,84	13,62	0,344	4,28
Diadema	106,73	11,66	nada (*)	34,51
Capital	3.417,00	205,00	0,248	780,57
Rio Grande da Serra	4,55	0,605	nada (*)	3,88
Ribeirão Preto	124,30	9,63	4,69	32,92
Mauá	97,06	12,23	0,606	34,09

(*) Não existe escola municipal de 1º grau (1ª a 8ª série)

Fonte: Secretaria Estadual de Educação. Os valores estimados baseiam-se no volume de arrecadação do ano de 95 e no repasse de R\$ 494,94 por aluno

Luludí/AE — 31/8/95

SECRETÁRIOS TERÃO DE EXPLICAR NOVAS NORMAS



Rose: fundo vai aumentar total de verba para o setor em 20%